



CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA SOFRIDA PELOS GUARANI E KAIOWÁ NO MATO GROSSO DO SUL

CONSIDERATIONS ON RELIGIOUS INTOLERANCE SUFFERED BY THE GUARANI AND KAIOWÁ IN MATO GROSSO DO SUL

Roberto Chaparro Lopes – UFGD – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil
robertochaparro10@hotmail.com

RESUMO

As missões evangélicas estão presentes entre os indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul desde a década de 1920. Ao longo do século XX esse movimento causou mudanças importantes na organização social desses povos, e na década de 1980 igrejas neopentecostais também adentraram as reservas. Esse contexto é marcado por uma forte ruptura de muitos indígenas com as tradições, e também pela intolerância religiosa contra aqueles que ainda se filiam às práticas tradicionais. Assim, o presente trabalho consiste em apurar o fenômeno da presença de igrejas evangélicas nos territórios dos Guarani e Kaiowá e a intolerância religiosa sofrida por indígenas que praticam a fé tradicional. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico a fim de levantar outros trabalhos sobre o tema, bem como uma análise documental baseada na apreciação de informações e dados apresentados no relatório produzido pela Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá (Kuñangue Aty Guasu), denominado “Intolerância religiosa, racismo religioso e Casas de Reza Kaiowá e Guarani queimadas”, publicado em fevereiro de 2022. Os resultados apontam que a intolerância religiosa se sistematiza desde os primeiros contatos das missões no século XX, em que as práticas tradicionais eram apontadas como “pecado” ou “do demônio”. Além disso, na contemporaneidade, os incêndios nas Casa de Reza e as perseguições contra rezadores e rezadoras representa importante ameaça a sua cultura, mas que encontram resistência e luta por parte dos Guarani e Kaiowá, que se afirmam diante do seu modo tradicional de ser.

Palavras-chave: violência, casas de reza, incêndios, evangélicos.

ABSTRACT

Evangelical missions have been present among the indigenous Guarani and Kaiowá in Mato Grosso do Sul since the 1920s. Throughout the twentieth century this movement caused important changes in the social organization of these peoples, and in the 1980s neo-Pentecostal churches also entered the reserves. This context is marked by a strong rupture of many indigenous people with traditions, and also by religious intolerance against those who still adhere to traditional practices. Thus, the present work consists of investigating the phenomenon of the presence of evangelical churches in the territories of the Guarani and Kaiowá and the religious intolerance suffered by indigenous people

who practice the traditional faith. For this, a bibliographic study was carried out in order to raise other works on the subject, as well as a documentary analysis based on the assessment of information and data presented in the report produced by the Great Assembly of Guarani and Kaiowá Women (Kuñangue Aty Guasu)"Religious intolerance, religious racism and burnt houses of Reza Kaiowá and Guarani", published in February 2022. The results indicate that religious intolerance is systematized since the first contacts of the missions in the twentieth century, in which traditional practices were pointed out as "sin" or "of the devil". In addition, in contemporary times, the fires in the House of Reza and the persecutions against praying men and women represent an important threat to their culture, but they find resistance and struggle on the part of the Guarani and Kaiowá, who assert themselves before their traditional way of being.

Keywords: violence, houses of prayer, fires, evangelicals.

INTRODUÇÃO

A violência e conflitos são realidade para os 43.401 indígenas das etnias Guarani e Kaiowá (BRASIL, 2010) que vivem no sul do estado do Mato Grosso do Sul. Esse contexto se expressa nos números de conflitos que envolvem o estado, sendo pelo menos 300, somente entre 2014 e 2020, segundo a Comissão Pastoral da Terra em dados compilados por Medeiros (2021). As consequências desse estado de insegurança (LOREY, 2016) também são vistas nos elevados números de assassinatos e suicídios, sendo 411 assassinatos entre 2003 e 2018 a partir de levantamentos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (MONDARDO; LOPES; STALIANO, 2021) e ao menos 105 suicídios, conforme casos levantados por Mondardo, Staliano e Lopes (2019) entre 2002 e 2018. A violência também se direciona para os patrimônios das comunidades indígenas, como números do CIMI que apontam que entre 2014 e 2020 ao menos 609 ocorrências de violência contra o patrimônio dos povos indígenas foram registradas no estado (MEDEIROS, 2021).

A luta dos Guarani e Kaiowá pela retomada, reconhecimento e demarcação de seus territórios ancestrais e tradicionais enfrenta o forte poder do agronegócio em Mato Grosso do Sul, com enorme influência ideológica, cultural, econômica e política no estado. Diante da indiferença histórica e estrutural do Estado Brasileiro no fornecimento de Justiça e Políticas Públicas aos indígenas, esses povos se veem em extrema desvantagem diante dos grupos que os ferem, violentam e desrespeitam seus direitos. O caráter racista estrutural que fundamenta a relação do Estado para com os povos

indígenas pode ser pensado a partir da lógica que mantém tal instituição, uma vez que as instituições resultam das lutas pelo poder, onde leis e políticas públicas são extensões do poder político dos grupos dominantes, aqueles que exercem o poder institucional do Estado (ALMEIDA, 2018).

Assim, a conjuntura que envolve os Guarani e Kaiowá pode ser lida como a manutenção da necropolítica de Estado para com esses povos, conforme postula Mbembe (2016), em que o poder do Estado não opera em função da manutenção e reprodução da vida, e sim em uma posição de fazer morrer, produzindo sua morte física e cultural. Para esse autor, o Estado, então, usa de sua soberania para produzir a morte dos corpos que o poder considera “descartável” (MBEMBE, 2016, p. 135). Essa destruição material e imaterial da vida do povo Guarani e Kaiowá pode ser compreendida como genocídio.

Expoente desse apagamento colonizador (HAESBAERT, 2006) sobre a cosmologia e corpos dos Guarani e Kaiowá é a intolerância religiosa para com as suas práticas tradicionais, advindos de grupos de igrejas evangélicas e neopentecostais.

A presença de cristãos entre os povos indígenas no Brasil alude a época dos jesuítas (católicos), ainda no Brasil Colônia, que assumiam a missão de “evangelizar” e “civilizar” os “negros da terra” (DOS SANTOS, 2022, p. 39), em um movimento de tornar os indígenas adaptados ao modelo de vida branco e europeu. A partir de então, a presença do cristianismo se fez em muitos territórios indígenas.

Contemporaneamente, Alvez *et al* (2017) aponta que o país viveu entre 1991 e 2010 um expressivo aumento dos indígenas que se autodeclaravam evangélicos, em particular os pentecostais. O autor aponta que em 1991, 64,4% dos indígenas se autodeclaravam católicos, o que caiu para 58,9% em 2000 e para 50,7% em 2010. Em contrapartida, o número de indígenas que se autodeclaravam evangélicos em 1991 era de 13,6%, em 2000 passou para 20% e em 2010 chegou a 25,5%. Ademais, o número de indígenas evangélicos pentecostais também aumentou, saindo de 7,7% em 1991 e indo para 14,3% em 2010.

A presença de missões evangélicas nas reservas indígenas no sul do Mato Grosso do Sul data do século passado, começando na década de 1920 em Dourados

(BOTELHO; OLIVEIRA; PORTELA, 2021) e na década de 1950 em Caarapó (MARTINS, 2020), com a chegada da Missão Evangélica Caiuá (MEC). Contudo, foram nas décadas de 1970 e 1980, partindo principalmente dos grupos pentecostais, que esse movimento se intensificou, mobilizando indígenas para seguirem a fé que pregam, ocupando espaços e se expandindo no interior das reservas (BOTELHO; OLIVEIRA; PORTELA, 2021; MORAES, 2019).

Consequência dessa mudança no quadro religioso no interior das reservas, é a intolerância religiosa, que conforme pontua Da Silva (2018, p. 65) caracteriza-se por sentimentos e crenças que se justificam em nome de uma figura divina maior, podendo adquirir o “status de guerra”, onde o Outro, o diferente, passa a ser odiado e se torna figura insuportável.

No Brasil, a violência religiosa se direciona, principalmente, mas não somente, as religiões de matrizes africanas (SANTOS; FILHO, 2017). Dados levantados pela Secretária Especial dos Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos no documento “Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015): Resultados Preliminares”, apuram que entre 409 matérias de jornal que relatavam casos de intolerância religiosa obtidas pelos pesquisadores, 26% relatam casos de violência psicológica, 23% de violência moral, 14% de violência patrimonial e 14% de violência física, que expõem as diversas maneiras que a intolerância religiosa pode se manifestar (BRASIL, 2016).

Entre dados analisados no mesmo documento mas que dizem sobre denúncias de casos de intolerância religiosa relatados em ouvidorias de 2011 a 2015 no Brasil, 66% relataram sofrer violência psicológica, 9% violência moral, 7% violência institucional e outros 7% violência física (BRASIL, 2016). Outro dado relevante sobre o tema está no documento “Intolerância Religiosa no Brasil - Relatório e Balanço 2016” que relata que de 2011 a 2015 a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), do governo federal, recebeu 697 denúncias de casos de intolerância religiosa através do instrumento “Disque 100” (DOS SANTOS *et al*, 2016).

Em Mato Grosso do Sul, a intolerância religiosa não deixa de ser um fenômeno presente, de modo que em 2018, por exemplo, as denúncias sobre esse tipo de crime

aumentaram 800% em relação ao ano de 2017 (BOTELHO; OLIVEIRA; PORTELA, 2021), expondo a efervescência do fenômeno.

Assim, esse estudo tem por objetivo discorrer brevemente acerca da presença de igrejas evangélicas entre os Guarani e Kaiowá e levantar os principais aspectos da intolerância religiosa emergente contra esse povo e suas práticas tradicionais. Para isso, foi realizado, inicialmente um levantamento bibliográfico sobre o tema e, em um segundo momento, foi realizada a análise documental do relatório produzido pela Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, a Kuñangue Aty Guasu, denominado “Intolerância religiosa, racismo religioso e Casas de Reza Kaiowá e Guarani queimadas”, publicado em fevereiro de 2022.

METODOLOGIA

Em um primeiro momento, foi realizado um estudo bibliográfico de trabalhos e produções sobre o tema. Nesse tipo de pesquisa é importante que sejam levantados dados e informações a partir de trabalhos já divulgadas no meio científico (OLIVEIRA, 2007). Para isso, foi utilizada a base de pesquisas Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), lançando mão de conjuntos de palavras-chave relacionadas ao tema no campo de buscas da plataforma. Os 6 conjuntos de palavras-chave utilizadas foram: intolerância religiosa Guarani Kaiowá, intolerância religiosa indígenas, intolerância religiosa e povos indígenas, intolerância religiosa no Brasil indígenas, neopentecostalismo indígenas e neopentecostalismo Guarani Kaiowá.

Em um levantamento dessa natureza, deve-se atentar ao fato da lógica algorítmica que gere as plataformas de busca. No caso das plataformas do Google, como a Google Acadêmico, o algoritmo seleciona os resultados das buscas com base em aspectos de significado, relevância, qualidade, usabilidade e contexto, sendo também configurados de forma especial para cada usuário, com base em histórico de navegação e nas preferências pessoais por conteúdos na internet, conforme dados e metadados de navegação de cada usuário e que o algoritmo possui acesso (GOOGLE, 2022).

Com isso, ao se pesquisar um grupo de palavras-chave, obteve-se os resultados que foram dispostos em conjuntos a cada 10 resultados. Utilizamos os 5 primeiros

conjuntos de resultados fornecidos pela plataforma para a análise de cada grupo de palavras-chave, considerando que os primeiros resultados são os mais significativos para o usuário que realiza a busca, sendo obtidos, portanto, 50 resultados para cada conjunto de palavras-chave. Ao contabilizar os resultados dos 6 conjuntos de palavras-chave, obteve-se 300 resultados fornecidos pela plataforma.

Dessa forma, em um primeiro momento foram selecionadas 13 obras diante do resultado geral, sendo o universo inicial da amostra. A partir do critério de exclusão de obras que não se referiam diretamente ao tema de intolerância religiosa contra indígenas ou que não eram trabalhos científicos completos, foram excluídos 1 resumo e 1 notícia. Ao fim, obtemos uma amostra de 5 artigos, 3 dissertações e 3 capítulos de livro, sendo 11 obras no total, que fundamentaram o autor na elaboração da introdução do trabalho e das discussões. Esse levantamento se deu principalmente para fornecer elementos empíricos da realidade analisada, fornecendo fundamentos teóricos, históricos e científicos ao autor.

Em um segundo momento foi feita a pesquisa de análise documental do relatório “Intolerância religiosa, racismo religioso e Casas de Reza Kaiowá e Guarani queimadas”. Esse tipo de pesquisa se caracteriza por ser feita a busca de dados e informações em documentos que ainda não passaram pelo crivo científico, sendo, portanto, fontes primárias (OLIVEIRA, 2007).

Na posse do documento, buscou-se identificar as principais formas de violência denunciadas pelo documento nas situações de intolerância religiosa, bem como contemplar os dados trazidos pela Kuñangue Aty Guasu sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Missão Evangélica Caiuá (MEC) que se introduziu em Mato Grosso do Sul na década de 1920 primeiramente na Reserva de Dourados tinha um caráter assistencialista, fornecendo assistência médica e escolar e doando alimentos aos indígenas. Essas ações tinham como moeda de troca a fé dos nativos, que precisavam seguir os ensinamentos e condutas estabelecidos pelos missionários. Desse modo, a introdução da MEC no interior das reservas indígenas do estado tinha como objetivo a

“missão” de “educar, curar e ‘aprimorar’ a cultura” dos povos tradicionais (MORAES, 2019, p. 207). Compreende-se, então, que a atribuição de humanidade e dignidade para esses povos estava condicionada pela conversão (MORAES, 2014), juntando-se a isso que todas as práticas e comportamentos dos indígenas eram postos como pecado (VIETTA, 2003).

Essa introdução da religião branca nas reservas, juntamente com outros fatores, pode ser colocada como uma importante condição para a diminuição do número de xamãs Guarani e Kaiowá nesses territórios. O Estado teve papel determinante nesse movimento de queda de poder e influências dos rezadores tradicionais, seja a partir das ações do SPI junto aos missionários da MEC, que permitiam a inserção dos modos brancos de desterritorialização dos indígenas, seja através da entrada de novas parentelas de indígenas nas reservas, a partir do confinamento de grupos diferentes no mesmo espaço, inclusive com a criação do cargo de “capitão” que introduziu uma nova dinâmica de autoridade nas reservas (VIETTA, 2003), ou, então, pela permissividade do desmatamento da região, principalmente na década de 1950, que “impossibilitou a presença e conexão com os espíritos da floresta, os *jara* (donos), donos das árvores e dos animais, levando a uma transformação do xamanismo “tradicional” dos Kaiowá e Guarani” (PLATERO, 2015, p. 45).

Essa transformação foi determinante para a estrutura social das aldeias, uma vez que as relações de poder que se faziam presentes foram alteradas. Esse fenômeno também foi responsável por introduzir o conflito entre visões de mundo e religiosas diferentes, onde o movimento “evangelizador” passou a buscar a “conversão” dos indígenas que se vinculam as práticas religiosas tradicionais (MARTINS, 2020).

Nesse quadro, as figuras que representam autoridade ou poder na organização social vão se transformando, como, por exemplo, os rezadores e rezadoras, que vão perdendo prestígio, poder de decisão e influência. Reis (2007, p. 310) acrescenta que essa queda da influência de tais figuras abre caminho para o aumento do poder de pastores e outras lideranças religiosas, que tem “a função de ocupar uma lacuna aberta a fim de constituir de sentido o universo religioso abalado pelas profundas transformações estabelecidas”. Assim, essas novas configurações de liderança vão se

tornando “neo-xamãs”, uma vez que permitem a ligação dos indígenas, de alguma forma, ao sagrado (MORAES, 2014, p. 8), realizam a função de fornecer conselhos e auxiliam na elaboração de conflitos internos e pessoais (VIETTA, 2003).

Atualmente, a forte presença de igrejas evangélicas nas reservas indígenas do sul de Mato Grosso do Sul é vista conforme apurou Martins (2020), que constatou que em 2017 a reserva de Caarapó contava com 32 igrejas evangélicas em seu interior, sendo 15 delas da “Deus é Amor”. Chamorro (2015) aponta que até 2015 haviam 77 igrejas no interior da Reserva Indígena de Dourados (RID), sendo 70 delas pentecostais. Ainda, segundo a autora, em 2019 esse número passou para 89 igrejas evangélicas, enquanto havia apenas uma Casa de Reza tradicional. Já em 2021, o número de igrejas evangélicas na RID passou de 100 (BERTOLOTTI; KONCHINSKI, 2021). Em 2010, conforme números do IBGE, haviam 11.146 indígenas na RID, dos quais 6.994 se autodeclarados evangélicos, o que corresponde a 62,7% do total (BOTELHO, OLIVEIRA, PORTELA, 2021).

Esses números podem ser pensados a partir do que pontua Raffestin (1993), quando salienta que os dispositivos que produzem a materialidade e organização de um espaço sempre estão vinculados a uma lógica de poder. Ademais, Foucault (1976/2020) ressalta como o poder usa do dispositivo religioso para recensear as práticas, os segredos e afetos das populações, a fim da normalização dos comportamentos que podem ser vistos como ameaças para as cadeias de poder vigentes.

A presença marcante de segmentos evangélicos no interior das reservas vem por acarretar na intolerância religiosa de grupos evangélicos e neopentecostais para com os indígenas que praticam o modo tradicional de vivência da fé. Essa intolerância é marcada por perseguição, ameaças, ofensas, preconceito e difamação, acentuando-se, sobretudo, em relação as mulheres, rezadoras e mantenedoras dos cuidados tradicionais (KUÑANGUE ATY GUASU, 2022).

Dados da Kuñangue Aty Guasu (2022), expostos no relatório “Intolerância religiosa, racismo religioso e Casas de Reza Kaiowá e Guarani queimadas” apontam que entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021 foram registrados 21 casos de violência relacionados a intolerância religiosa contra os Guarani e Kaiowá, com situações de

espancamentos, torturas, violências psicológicas e perseguição contra as rezadeiras e praticantes dos cuidados tradicionais.

Quanto aos relatos de tortura, a organização indica que essa forma de violência vem se manifestando de forma aguda nos territórios. Um trecho do relatório expõe a situação:

As mulheres têm seus corpos violentados por homens que usam facas, chicotes, cordas e pedaços de paus para “condená-las”: torturá-las pela prática do chamado “feitiço”. As mulheres Kaiowá e Guarani violentadas e abusadas têm seus corpos cortados com ponta de facas, carregando em suas costas marcas de chicotes de couro. Ainda, essas mulheres têm seus cabelos cortados por faca, carregam hematomas físicos profundos em suas cabeças e em muitas outras partes do corpo (KUÑANGUE ATY GUASU, 2022, p. 42).

Expoente recente dessa escalada, é o assassinato da liderança Estela Verá, *nhandecy* Guarani e Kaiowá que foi assassinada aos 67 anos no período de escrita desse texto, em dezembro de 2022. A liderança era uma voz atuante da luta indígena pela demarcação de terras no Mato Grosso do Sul e foi morta a tiros por pistoleiros encapuzados no *tekoha* Porto Lindo, no município de Japorã (BARROS, 2022).

Somado a isso, são várias as denúncias dos indígenas que seguem os ritos tradicionais sobre a perseguição que são vítimas, casos de ameaças de vida, impedimento da realização dos cantos e rezas e casos de torturas físicas, além da destruição física e material dos bens sagrados para os Guarani e Kaiowá, como as Casas de Reza e os *xirus*, que são consumidos por incêndios intencionais e criminosos (BOTELHO, OLIVEIRA, PORTELA, 2021). Os *xirus* são instrumentos sagrados e que representam a própria personificação da divindade (JOÃO, 2011), alguns com mais de 200 anos e que foram destruídos pelos incêndios das Casas de Reza. A organização indica ainda que de 2014 até fevereiro de 2022 foram registrados 17 incêndios em Casas de Reza da etnia no estado, sendo 6 somente em 2021 (KUÑANGUE ATY GUASU, 2022).

As Casas de Reza são para os Guarani e Kaiowá lugares sagrados e de cura, onde se realizam encontros, reuniões, ritualísticas e se permite a conexão com os ancestrais. Esses lugares são vistos como heranças do modo de vida tradicional, de forma que as Casas de Reza representam o corpo do Guarani e Kaiowá, constituindo-se espaços de habitação coletiva e abrigo para o conhecimento e saber tradicional. Esses espaços se tornaram alvo da intolerância e do racismo que parte de determinados

segmentos evangélicos nos territórios Guarani e Kaiowá, de maneira que passam a ser vistos como “obra do demônio” (KUÑANGUE ATY GUASU, 2022, p. 11).

Segundo informações da Kuñangue Aty Guasu, fontes indicam que alguns incêndios em Casas de Rezas tem a participação direta de membros de igrejas evangélicas. A entidade aponta ainda que são de membros de tais denominações religiosas que partem diversas situações de violências, como falas preconceituosas e pejorativas contras os praticantes dos cantos e rezas e as Casas de Reza. A Aty Guasu explica que “eles [evangélicos] usam o discurso de que a casa de reza, o nosso espaço tradicional, é um local do mal e que precisa ser exterminado, criando um isolamento entre o tradicional e o mundo *karai* pentecostal” (KUÑANGUE ATY GUASU, 2022, p. 11).

Desde a invasão colonial até o advento das missões no interior das reservas em Mato Grosso do Sul no século passado, a posição do branco diante do modo de ser e viver a espiritualidade dos povos indígenas foi de converter suas práticas para modos e formas de reprodução brancos e ocidentais. Esse movimento buscou sempre a homogeneização das manifestações dos indígenas, buscando adequar ao modo branco o comportamento, ideologia, formas de se relacionar e ocupar o espaço, a forma de viver a fé (MORAES, 2016) e até mesmo a relação com o corpo (MORAES, 2019). Esse é o movimento de captura cognitiva que o colonialismo promove, excluindo da percepção e orientação dos corpos a possibilidade de conceber outros mundos (QUIJANO, 2009).

Assim, toda a cosmovisão e formas ancestrais de ocupação e vivência do mundo foram sistematicamente postas em segundo plano, violentadas e postas na invisibilidade, diante da lógica abissal do colonialismo, que suprime e destrói todas as epistemologias que diferem da eurocêntrica (SOUZA SANTOS, 2009).

O modo de ser tradicional dos Guarani e Kaiowá envolve práticas de reciprocidade, empatia e comunhão, de forma que todos os habitantes do *tekoha* pratiquem o *jeiko porã* (viver em harmonia) e estejam com o *teko marangatu* (viver bem) sempre presente. Assim, conforme pontua Ramires (2016, p. 42),

Na reciprocidade imaterial/espiritual compartilham aos que conhecem, transmitindo através da oralidade os saberes, as rezas, os cantos *ñengary*, *mborahéi*, *guahu*, *kotyhu* que conduzem o ser Kaiowá e Guarani, partindo do princípio do *Teko Pavẽ*” (viver em coletividade). É assim, o *teko Pavẽ* que leva ao *teko mangaratu*, uma forma de vida onde não espaço para o individualismo, mas que só é possível a partir de todos os elementos

presentes no *tekoha*, formando assim o modo de ser Guarani e Kaiowá somente sendo possível em conexão e relação com o meio onde vivem e os iguais [grifos nossos].

O *teko mangaratu*, portanto, é o jeito sagrado de ser, que só pode ser vivido através da coletividade e que por meio dele, através das danças e dos cantos a pessoa se conecta ao meio, de forma harmônica. Benites (2017, p. 32) pontua que:

O *teko marangatu* é um ponto elevado de ser, quando o sujeito é capaz de conduzir grupos de parentes através do seu jeito sagrado no convívio coletivo. Este convívio coletivo supõe que todos os bens são compartilhados e há solidariedade em todas as relações sociais. Nesse sentido, o ambiente ou *tekoha* se torna sagrado, através do modo de ser sagrado deste grupo.

Contudo, para o modo de ser desse povo se fazer, o território, *tekoha*, é um elemento crucial. O *tekoha*, o lugar onde se pode ser Guarani e Kaiowá, tem como um de seus significados o de “Terra Sem Males”. O *tekoha* “*che yvya resapa*” se aproxima do conceito de território-corpo de Haesbaert (2020), uma vez que define ao Kaiowá e Guarani que “sou parte da terra” (RAMIRES, 2016, p. 41).

Ramires (2016, p. 44) também contribui para a compreensão acerca da relação umbilical que esses povos mantêm com os territórios em que vivem:

A territorialidade para nós Kaiowá e Guarani tem o significado espiritual e material; no *Tekoha* começa a nossa origem, onde nasceu o nosso ser Kaiowá e Guarani, o *Teko* é a vida e *oha* um espaço, nesse sentido, *tekoha* é uma “aldeia”, onde vivem as pessoas, reúnem-se as famílias; o rezador – *ñanderu* é a autoridade máxima responsável pela organização social, o que ele fala é respeitado e onde todos acatam a decisões, os pais/as mães toda tarde vão para casa de reza, participam de festas tradicionais como cerimônia de milho *jerosy* e *guachire*. Assim, os jovens adquirem boa educação, não andam pelo mal caminho, por que o *ñanderu* ajuda as mães a educar seus filhos e a viver em harmonia.

De tal forma, a cosmovisão dos Guarani e Kaiowá coloca o território onde habitam como parte fundante de seus modos de ser, viver e habitar. Para além das compreensões clássicas acerca de território, é preciso ir de encontro ao que corrobora Haesbaert (2006) acerca das múltiplas formas se compreender, habitar, delimitar e conceber o território, indo além das compreensões eurocêntricas e brancas de entender o mundo. Conforme Haesbaert (2006, p. 14) afirma “que todo território é uma criação”, de modo que carrega em si as concepções, marcas e história dos sujeitos que o protagonizaram.

Raffestin (1993) salienta que a política se faz em toda a ação, para além da política institucional do Estado, a política se faz a qualquer momento. Ele acredita em um poder exercido, pelos atores sociais mais diversos, que habitam espaços e que esse habitar, em trocas políticas e de poder que constituem o território.

Com isso, podemos ir de encontro ao que postula Massey (2008), de modo que a autora aponta que o espaço é produto de todas as relações que se fazem presentes em seu interior, e todos os fenômenos, trocas, trajetórias, relações e afetações presentes. Ao postular tal afirmativa a autora carrega a ideia de ver e pensar o espaço diante de múltiplas possibilidades de existência, dando força política a diferença e a heterogeneidade, para além das narrativas universalizantes ocidentais, masculinas e brancas. Aqui, então, o Outro, o diferente passa a ter capacidade criadora, de modo que o encontro de trajetórias distintas e que se cruzam tendem a formam o espaço. O espaço, portanto, nasce de relações.

Pensar em território-corpo nos orienta a conceber o território como uma extensão do corpo individual, que passa então a se entrelaçar ao corpo da terra, criando um só corpo (HAESBAERT, 2020). Assim, essa forte ligação que povos indígenas, como os Guarani e Kaiowá mantêm com seus territórios, vai além de uma mera relação material ou de usufruto do território, mas sim, se vincula ao próprio fato de que se manter o território vivo significa manter o corpo individual vivo.

Esse modo de vida coletivo e harmônico se contrapõe as formas de ver o mundo presente entre os segmentos neopentecostais, com discursos individualizantes e de cisão, seja através da teologia da prosperidade que se faz cada vez mais presente nas reservas no sul do Mato Grosso do Sul (MARTINS, 2020), ou seja, através da ideia de conflito que tais grupos geram, no discurso de “combate” ao mal que os pentecostais direcionam aos rezadores e rezadoras e aos seguidores das práticas tradicionais de espiritualidade. Em relação à teologia da prosperidade, o pesquisador Izaque João produziu o documentário “Monocultura da Fé” (2018), onde relata sobre a presença dos grupos neopentecostais no interior das aldeias em Mato Grosso do Sul, e expõem cartilhas e panfletos distribuídos nas igrejas aos indígenas com frases como “Campanha da Prosperidade”, como fotos de carros, casas e dinheiro, demonstrando a inserção da

lógica branca e capitalista entre esse povo. O pesquisador aponta que muitas dessas igrejas captam fiéis nas aldeias prometendo o fim da miséria, indo de encontro a Platero (2015, p. 52), que assinala que um discurso muito difundido pelas missões evangélicas no interior das reservas sempre foi a associação da miséria com a “ausência de Deus”.

A rezadora assassinada Estela Verá em uma carta de 2016 apontou o que ela entendia como diferenças pontuais das duas formas de vivência da fé:

Nós *opuraheiva* somos diferentes dos crentes, dos evangélicos. Nós pedimos pela vida de todas as pessoas, pedimos para melhorar cada vez mais o nosso mundo. Os crentes pedem para Jesus vir logo, acabar com tudo e levá-los embora para junto dele (VERA, 2016, p. 1).

Contudo, como pontua Foucault (1976/2020), onde há cadeias de poder e dominação, há movimentos de resistência por parte daqueles que são dominados, e os Guarani e Kaiowá que ainda seguem as práticas tradicionais e não abrem mão do seu modo de vida, resistem e existem, em uma luta para manter suas tradições vivas e atuantes apesar da violência do colonialismo.

As expressões tradicionais, como o canto e a reza, vistos por grupos que atacam a cultura indígena, como “coisas do demônio” são formas de expressão de tais povos, uma maneira de conectar aos ancestrais e aos encantados presentes no *tekoha*. O canto e a reza, assim, possuem poder espiritual e de proteção, garantindo a harmonia e o modo de ser em sintonia com as forças do universo (JOÃO, 2011).

E é essa uma potente estratégia de luta e de resistir pelos Guarani e Kaiowá, o poder espiritual que se faz também como estratégia política, que como pontua João (2011, p. 26) “o poder e a força do Kaiowá não estão na matéria e sim no espírito”.

A resistência dos Guarani e Kaiowá se expressa, conjuntamente, com a resistência dos povos em todo o Brasil ante o colonialismo autoritário e destruidor. Alvez *et al* (2017) salientam um aumento dos indígenas que se autodeclaram praticante e seguidores dos ritos e religiões tradicionais no país, que em 1991 representavam 2,5% e em 2010 passaram a representar 5,3%, cerca de 42.400 pessoas.

Tais números denotam a força da resistência dos povos tradicionais ante as imposições ocidentais sobre seus modos de vida tradicionais, de modo que a passividade esperada por muitos que acreditam encontrar nos indígenas para abandonar seus

costumes encontram então obstáculos. Assim, a força de resistir aos ataques e tentativas de destruição, que tais povos exprimem desde os tempos coloniais, mostraram-se atualizadas para enfrentar os problemas atuais, demonstrando que os povos tradicionais “possuem uma capacidade sempre nova de subverter as tentativas de dominação que lhes são postas” (MORAES, 2019, p. 204).

Apesar disso, a violência e escalada evangélica diante dos povos e comunidades Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul pode ser visto como uma vertente da violência entre as várias sofridas por esses povos, que visam enfraquecê-los diante da luta histórica que exercem contra a colonização e o modo capitalista de ocupar o mundo.

O contexto de destruição e despossessão múltipla que vivem os Guarani e Kaiowá, o ataque às formas de viverem e expressarem a fé junto aos modos tradicionais, denota a agressividade do processo etnocida que vivem, o genocídio, pois, a espiritualidade é uma das últimas formas que possuem de expor o seu modo de ser, diante da perda de seus territórios, da vegetação nativa e das formas de organização tradicionais que mantinham antes da intervenção dos *karai* (não índios na visão dos Guarani).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os autores que se debruçaram em estudos acerca da presença de igrejas evangélicas entre os Guarani e Kaiowá é consenso que as mudanças mais relevantes se dão a partir da década de 1980. As mudanças após a introdução desse segmento religioso nos *tekoha* consistem em um relevante problema social, e que por se tratar da segunda maior população indígena do país (IBGE, 2010), requer um olhar atento e apurado.

Conforme os dados levantados pela Kuñangue Aty Guasu constata-se a presença de 21 registros de violência contra indígenas motivados por intolerância religiosa entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, além de 17 incêndios em Casa de Reza entre 2014 e 2022, números que expressam a escalada do fenômeno de perseguição às práticas tradicionais em Mato Grosso do Sul.

Contudo, também se observa a mobilização de resistência dos Guarani e Kaiowá, em que a elaboração do relatório Intolerância religiosa, racismo religioso e Casas de Reza Kaiowá e Guarani queimadas que baseou a análise documental desse trabalho, por si já demonstra uma importante estratégia de resistência e denúncia, desse povo que encontra sua força no espírito, na reza e no canto.

Foi possível identificar através da pesquisa bibliográfica uma gama de pesquisadores e estudiosos que realizaram pesquisas importantes sobre o tema, em diferentes momentos históricos. A análise documental do documento produzido pela Kuñangue Aty Guasu forneceu dados importantes para compreender a dimensão do fenômeno, bem como permitiu aproximar-se de forma mais rica das impressões e afetações vividas pelos indígenas praticantes dos ritos tradicionais.

Assim, espera-se que este breve trabalho possa contribuir para pesquisadores, estudantes e indigenistas que se interessem pelo fenômeno aqui relatado, de modo a construir cada vez mais estudos e diálogos interdisciplinares a fim de expandir as discussões acerca desse tema complexo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVEZ, J. E. D. *et al.* Cambios en el perfil religioso de la población indígena del Brasil entre 1991 y 2010. **Notas de Población**: Santiago, v. 44, n. 104, p. 237-261, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, R. **‘Se não tiver mais reza e rezador, o mundo vai acabar’**: indígena morta a tiros era importante liderança espiritual. G1 MS: Mato Grosso do Sul, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/12/16/se-nao-tiver-mais-reza-e-rezador-o-mundo-vai-acabar-indigena-morta-a-tiros-era-importante-lideranca-espiritual.ghml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias&fbclid=IwAR07ifzOw64oDH0QpB7xTu81TZ5tBuNzESMRVet0Xt6FTYr9Htah2NxINw4&fs=e&s=cl>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BERTOLOTTO, R.; V. KONCHINSKI. **Cinzas da fé:** Incêndios criminosos em casas de reza expõem intolerância religiosa dentro de aldeias indígenas. Brasil: Tab Uol, 14 dez. 2021. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/edicao/cinzas-da-fe/>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BOTELHO, T. R.; OLIVEIRA, B. C.; PORTELA, J. C. De Nhanderu-Tupã à glória a Deus: a (in)tolerância religiosa dos pentecostais com as cosmovisões dos povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. In: HELD, T. M.; BOTELHO, T. R. (orgs.). **Lutas por direitos socioambientais em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Liber Ars, p. 21-44, 2021.

BRASIL. **Atlas Nacional Digital:** Etnias indígenas mais numerosas por Unidades da Federação – 2010. Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/pdf/14%20-%20ETNIAS%20INDIGENAS%20MAIS%20NUMEROSAS%20POR%20UNIDADES%20DA%20FEDERACAO%20-%202010.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011- 2015): resultados preliminares**. Brasília: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.

CHAMORRO, G. **História Kaiowá:** das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo-SP: Nhanduti, 2015.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **“Nossos líderes religiosos estão sendo perseguidos por fundamentalistas”, denuncia jovem Guarani Kaiowá à ONU**. Brasil: Conselho Indigenista Missionário: Assessoria de Comunicação, 10 mar. 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2022/03/nossos-lideres-religiosos-estao-sendo-perseguidos-por-fundamentalistas-denuncia-jovem-guarani-kaiowa-a-onu/>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

DA SILVA, A. O. Sobre a intolerância religiosa. **Revista Espaço Acadêmico:** Maringá-PR, v. 17, n. 203, p. 64-95, abr. 2018.

DOS SANTOS, B. I.; *et al* (orgs.). **Intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço**. Centro de Articulação de Populações Marginalizadas. Rio de Janeiro: Klíne, 2016.

DOS SANTOS, Y. L. **Racismo Brasileiro:** uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 10 ed., 2020.

GOOGLE. **Como resultados são gerados automaticamente**. Google Search: California, 2022. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/search/howsearchworks/how-search-works/ranking-results/>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

HAESBAERT, R. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (da Terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**: Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

JOÃO, I. **Jakaira reko nheypyrũ marangatu mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul**. Dourados-MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2011 (UFGD, Dissertação, Mestrado em História).

KUÑANGUE ATY GUASU. **Intolerância religiosa, racismo religioso e Casas de Reza Kaiowá e Guarani queimadas**. Brasil: Observatório Kuñangue Aty Guasu, mar. 2022.

Disponível em:

<https://apiboficial.org/files/2022/03/Relato%CC%81rio_Intolera%CC%82ncia-religiosa-racismo-religioso-e-casa-de-rezas-queimadas-em-comunidades-Kaiowa%CC%81-e-Guarani.pdf>. Acesso em: 07 dez. 20.

MARTINS, E. S. **Transformações nos papéis desempenhados pelas lideranças tradicionais na Reserva Indígena de Caarapó, a partir da entrada de líderes evangélicos (1980-2017)**. Dourados-MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2020 (UFGD, Dissertação, Mestrado em História).

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**: Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

-
- MEDEIROS, G. N. **Os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul**. Três Lagoas-MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021 (UFMS, Dissertação, Mestrado em Geografia).
- MONDARDO, M.; LOPES, R. C.; STALIANO, P. Geografia da violência dos Guarani e Kaiowá: assassinatos, localidades e necropolítica. **Terra Livre**: São Paulo, v. 1, n. 56, p. 545-579, 2021.
- MONOCULTURA DA FÉ. Direção: Joana Aranha Moncau; Gabriela Logiodice Moncau. Produção: Brasil: Joana Aranha Moncau; Gabriela Logiodice Moncau, 2018. **Streaming**. Disponível em: <<https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/curtas/v/6769937/>>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- MORAES, J. A. S. **O pentecostalismo autóctone na Reserva de Dourados: identidade étnica, implicações sociais e protagonismo (1992-2015)**. Dourados-MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2016 (UFGD, Dissertação, Mestrado em História).
- MORAES, J. A. S. o pentecostalismo entre os índios da reserva indígena de dourados, da década de 1980 aos dias atuais. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de História - Sessão Mato Grosso do Sul**. Aquidauana-MS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, out. 2014.
- MORAES, J. A. S. “Para Salvar os Perdidos”: apontamentos sobre a presença das missões protestantes e pentecostais na Reserva de Dourados. In: MOTA, J. G. B; CAVALCANTE, T. L. V. (Orgs.). **Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos**. São Leopoldo-RS: Karywa, p. 203-228, 2019.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- PLATERO, L. D. Chefia indígena, política indigenista e missões religiosas: a perda do carisma de xamãs Kaiowá e Guarani na reserva multiétnica de Dourados-MS (1917-1980). **Tellus**: Campo Grande, v. 15, n. 28, p. 43-63, jan.-jun. 2015.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SOUZA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, p. 73-118, 2009.
- RAFFESIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, G. S. “Ñanderu é meu pastor e nada me faltará”: pentecostanismos, invenções culturais e povos indígenas Guarani. **Fronteiras: Revista de História**: Dourados-MS, v. 19, n. 34, p. 302 – 318, jul.-dez. 2017.

SANTOS, M. S.; FILHO, J. C. A. S. O neopentecostalismo e a intolerância religiosa praticada contra as religiões afro-brasileiras. **Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**: Vitória, v. 5, n. 2, p. 422-438, ago.-dez. 2017.

SOUZA SANTOS, B. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUZA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, p. 23-72, 2009.

STALIANO, P.; MONDARDO, M.; LOPES, R. C. Onde e Como se Suicidam os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul: Confinamento, Jejuvy e Tekoha. **Psicologia: Ciência e Profissão**: Brasília, v. 39, n. spe., p. 9-21, 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Mapa Terras Indígenas MS**. Domínio online: E-Disciplinas: Economia do Meio Ambiente (2018), 2018. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2471151>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

VERA, E. “**Se não tiver mais reza o mundo vai acabar**”. Povos Indígenas do Brasil: Brasil, 2016, Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/%22Se_n%C3%A3o_tiver_mais_reza,_o_mundo_vai_acabar%22>. Acesso em: 21 dez. 2021.

VIETTA, K. “Pastor dá conselho bom”: missões evangélicas e igrejas neopentecostais entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul. **Tellus**: Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 109-135, abr. 2003.

Roberto Chaparro Lopes - Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. É membro do Núcleo de Estudos sobre Território e Fronteira – NUTEF/UFGD.

Recebido para publicação em 23 de dezembro de 2022.

Aceito para publicação em 24 de dezembro de 2022.

Publicado em 05 de março de 2023.